

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.675.201 - DF (2017/0126976-3)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CENTRO
BRASILEIRA LTDA
ADVOGADOS : RODNEI VIEIRA LASMAR E OUTRO(S) - GO019114
MARIANA DE JESUS LEMES DE FREITAS - GO038069
MARCO TULIO ALEXANDRINO DE MENDONCA - GO045421
AGRAVADO : CLINICA MEDICA BOTELHO LTDA - EPP
ADVOGADOS : LUIZ GUSTAVO BARREIRA MUGLIA E OUTRO(S) - DF020412
CARLA MARIA COSTA BOTELHO - MT011881B
INTERES. : CLENIO RODRIGUES FERNANDES
ADVOGADOS : PAULO RAVEL RODRIGUES DA SILVA PEREIRA - DF033846
EDUARDO AUGUSTO XAVIER FARIAS - DF040026
HIGOR MACHADO CAMPOS E OUTRO(S) - DF031165

EMENTA

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015 E DA SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide na espécie o disposto no arts. 932, III e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e a Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente) e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

